



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS CORRENTE
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL

CARLOS VICTOR PEDRO SOARES DA SILVA

POTENCIAL DE IMPLANTAÇÃO DO ECOTURISMO NO PARQUE NACIONAL
DAS NASCENTES DO RIO PARNAIBA

CORRENTE-PI

2018

CARLOS VICTOR PEDRO SOARES DA SILVA

POTENCIAL DE IMPLANTAÇÃO DO ECOTURISMO NO PARQUE NACIONAL
DAS NASCENTES DO RIO PARNAIBA

Artigo, apresentado à coordenação do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - *Campus* Corrente como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Ambiental.

Orientador(a): Prof^a. Esp. Marcília Martins da Silva.

Área de concentração: Conservação da biodiversidade

CORRENTE-PI

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

Silva, Carlos Victor Pedro Soares da
C586s Potencial de implantação do Ecoturismo no Parque Nacional das Nascentes do
Rio Parnaíba / Carlos Victor Pedro Soares da Silva. - 2018.
27 p.: il. color.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Corrente Tecnologia em
Gestão Ambiental, 2018.

Orientadora : Profa Esp. Marcília Martins da Silva.

1. Gestão ambiental - estudo e ensino. 2. Ecoturismo. 3. Parque Nacional das
Nascentes do Rio Parnaíba. 4. Silva, Carlos Victor Pedro Soares da . I. Título.

CDD - 577

Elaborado por Tefischer Huanderson Soares e Sousa - CRB-3/1251

CARLOS VICTOR PEDRO SOARES DA SILVA

POTENCIAL DE IMPLANTAÇÃO DO ECOTURISMO NO PARQUE NACIONAL DAS
NASCENTES DO RIO PARNAIBA

Artigo submetido à Coordenação do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - *Campus* Corrente, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Ambiental. Área de concentração: Conservação da Biodiversidade

Aprovada em: _/_/2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Especialista. Marcília Martins da Silva (Orientadora)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - *Campus* Corrente

Prof.^a Mestre. Míria Cássia Oliveira Aragão

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - *Campus* Corrente

Prof.^o Especialista. Israel Lobato Rocha

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - *Campus* Corrente

RESUMO

O crescente potencial ecoturismo nas áreas protegidas pode ser entendido como alternativa para o equilíbrio nos objetivos ambientais, econômicos e sociais à medida que seus fundamentos são apoiados pelo desenvolvimento sustentável, esta avaliação implementa ainda os benefícios para o turismo e para a população local. Objetivou-se avaliar o potencial de ecoturismo do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba (PNNRP), respeitando o meio ambiente e garantindo que esses atrativos naturais e culturais estejam disponíveis para as futuras gerações. Foi realizada uma pesquisa com 50 pessoas da comunidade e turistas. Na coleta de dados foram utilizados dois métodos de análise o quantitativo e qualitativo, um visa definir o perfil do usuário do parque e outro discute os benefícios que o parque trouxe para o município. Foi usada uma amostra não probabilística onde o pesquisador definiu que seriam aplicados 50 questionários, pois o parque não tem controle de entrada e saída de frequentadores, utilizamos perguntas fechadas e objetivas com a finalidade de mensurar o perfil do ecoturista. Conclui que o PNNRP tem potencial ecoturístico com grande biodiversidade, várias espécies de plantas, rios, morros e serras, lindas cachoeiras e uma variedade de animais silvestres.

Palavras-chave: Potencial. Geração de renda. Unidade de conservação.

ABSTRACT

The growing ecotourism potential in protected areas can be understood as an alternative to balance environmental, economic and social objectives as their foundations are supported by sustainable development, and this evaluation also implements the benefits for tourism and the local population. The objective of this study was to evaluate the ecotourism potential of the Parnaíba River National Park, in the municipality of Barreiras do Piauí, respecting the environment and ensuring that these natural and cultural attractions are available to future generations. A survey was conducted with 50 people from the community and tourists. In the data collection, two methods of quantitative and qualitative analysis were used, one aimed at defining the user profile of the park and the other discussing the benefits that the park brought to the municipality. A non-probabilistic sample was used where the researcher defined that 50 questionnaires would be applied, since the park does not have control of entrance and exit of visitors, we used closed and objective questions with the purpose of measuring the profile of the ecotourist. It concludes that the park of the sources of the Parnaíba River has ecotourism potential with great biodiversity, several species of plants, rivers, hills and mountains, beautiful waterfalls and a variety of wild animals.

Keywords: Potential. Income generation. Conservation unity.

SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO.....	07
2-REFERENCIAL TEÓRICO	08
2.1-CONCEPÇÃO DE TURISMO	08
2.2-CONCEPÇÃO DE ECOTURISMO.....	10
2.3-O PARQUE NACIONAL E SUAS ATRATIVIDADES	13
2.4-RUMO A UM ECOTURISMO SUSTENTÁVEL.....	13
2.5-PLANO DE MANEJO.....	14
3-METODOLOGIA.....	16
3.1-CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	16
4-RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	18
5-CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
REFERENCIAS.	24
LISTAS DE ABREVIATURAS.	25
ANEXOS.....	26

1 INTRODUÇÃO

O turismo ecológico tem aumentado em todo o mundo, mas no Brasil se desenvolveu há pouco tempo. O turismo é uma atividade econômica consideravelmente nova no Brasil. Somente há duas décadas esse tipo de atividade passou a se desenvolver efetivamente (REZENDE, 2012).

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA) (2017), em conjunto com o Instituto Brasileiro de Turismo a EMBRATUR – define Ecoturismo ou turismo ecológico como: “o segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações”. Faz-se necessário, considerar princípio do desenvolvimento sustentável, que contempla as dimensões humanas, físicas, econômicas, política, cultural e social em harmonia com a proteção ambiental, o que no Brasil ainda não é notório.

O ecoturismo praticado no Brasil é uma atividade ainda desordenada, impulsionada, quase que exclusivamente pela oportunidade mercadológica, deixando a rigor de gerar os benefícios socioeconômicos e ambientais esperados. Um exemplo são os parques nacionais, que são Unidades de Conservação (UC) que permitem grande interação entre o visitante e a natureza.

O potencial turístico sustentável fundamentado em atrativos naturais ou histórico-culturais no Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba (PNNRP) é considerável, pois em sua área há uma imensa variedade de paisagens e belezas naturais encontradas, como lagos, trilhas para passeios ecológicos, montanhas para a prática de montanhismo, caminhadas em trilhas auto guiadas, rios, cachoeiras e uma variedade de animais silvestres.

Nesse sentido, é necessário mapear os principais pontos de possível visitação do parque considerando as diferentes fitofisionomias do bioma cerrado. O ecoturismo é relevante para manutenção e sustentabilidade do meio ambiente, conservação, proteção e bem-estar das espécies.

Os Parques Nacionais e outras UCs adotadas no Brasil como estratégia de conservação da biodiversidade são áreas naturais protegidas que se constituem, atualmente, em uma das melhores oportunidades de desenvolvimento do ecoturismo, quando comparados às atividades clássicas de desenvolvimento (mineração, agricultura, manufatura de matéria-prima, estradas, hidrelétricas etc (MILANO, 1991).

Assim, as UCs podem vir a se caracterizar como um ótimo local para a prática do ecoturismo, que favorece a população local econômica e ambientalmente, onde os mesmos poderão transmitir seus conhecimentos sobre a área explorada para os turistas, que além de contemplar as paisagens e aproveitar as áreas de lazer, multiplicará a mensagem ambiental da visita.

Ademais, realizou-se pesquisa junto a 50 pessoas do Município de Barreiras do Piauí, algumas escolhidas de forma aleatória e outras por estarem vinculadas a diversos segmentos relativos à atividade ecoturística, como os Secretários de Turismo, os representantes dos setores dos meios de hospedagem, dos serviços de alimentação, de transportes, da produção artesanal.

O presente artigo tem como objetivo verificar o potencial do ecoturismo no Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba bem como os elementos naturais que possam funcionar como atrativos do ambiente. Além disso, identificar possíveis atividades de passeio e visita a serem desenvolvidas nas áreas do parque.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceção de turismo

O Brasil possui 310 unidades de conservação federais públicas, das quais 67 são Parques Nacionais - PNs, categoria onde se permite a visita e turismo, de acordo com o que estabelece a Lei 9985/00 (CHAGAS, 2011).

O Brasil é reconhecido como um dos lugares do mundo que possui mais atrativos para todos os perfis de turistas e condições inigualáveis para a prática de todas as modalidades de Ecoturismo - exceto as que exijam neve. (EMBRATUR, 2002).

Tendo em vista um crescimento do ecoturismo dentro das UCs, as práticas são uma boa ideia para alavancar mais ainda o turismo nessas regiões. O ecoturismo representa uma nova tendência turística e se caracteriza por ser um turismo menos convencional e que permite contato com as belezas naturais, seja para admirar ou para desenvolver atividades dessa natureza (EMBRATUR, p 2, 2002).

Turismo Sustentável é o que relaciona as necessidades dos turistas e das regiões receptoras, protegendo e fortalecendo oportunidades para o futuro. Contempla a gestão dos recursos econômicos, sociais e necessidades estéticas, mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte à vida” (OMT, 1999 apud M.TUR, 2010, p.20).

O turismo sustentável pode trazer vários benefícios até mesmo para a área natural. A falta de valorização das UCs é a principal dificuldade para desenvolvimento desse ramo turístico no país ou no PNNRP, que pode, dentre outras coisas, acrescentar a consciência ecológica da sociedade e fornecer sustentabilidade financeira a essas áreas, é a grande importância a conscientização, organização e orientação de toda população para o local onde vai ser visitado. É importante também que o local seja propício de medidas de conservação, manejo e recuperação de todas as áreas.

A atividade turística é considerada mais antiga que o próprio conceito. Em termos históricos, o turismo iniciou quando o homem deixou de ser sedentário e passou a viajar, motivado principalmente pela necessidade de comércio (IGNARRA, 2001).

A definição de atividade turística pioneira e ainda utilizada na academia foi elaborada pelo economista austríaco Herman von Schullard, que, em 1910, a explicitou como o somatório das operações, especialmente as de natureza econômica, diretamente relacionadas com a entrada, permanência e deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região. Ou seja, turismo é resultante da compreensão dos termos deslocar-se, viajar e fazer turismo. Logo, deslocar consiste no ato praticado por pessoas que mudam de cidade, região ou país, que residem em outros locais, sem retorno imediato a localidade de origem, para atender necessidades de emprego, questões familiares e segurança, sem importar-se com as condições dos meios de transporte ou acomodação. Viajar é o ato de ir temporariamente de um lugar para outro com a intenção de retornar enquanto que fazer turismo pressupõe uma viagem temporária que exige infraestrutura adequada (OLIVEIRA, 2000).

De acordo com Faria (2001), a atividade turística deve ser considerada como um processo completo, que vai desde a divulgação correta da imagem do local a ser visitado pelo turista, atenção com sua permanência e satisfação, até a volta à origem, de modo que a localidade turística permaneça conservada, no longo prazo, para a continuidade do atendimento qualificado, garantia de boas condições de vida para a população local e preservação do meio ambiente.

Por conseguinte, em consonância com Beni (2006), para um território tornar-se destino turístico é indispensável que possua atrativos e infraestrutura básica. Os primeiros podem ser Turismo em: naturais (montanhas, rios, cachoeiras, ilhas, praias, dunas) culturais (monumentos, danças folclóricas, arquitetura, museus, sítios históricos) ou programados (eventos). Dessa forma, cada local define em que tipo (s) de turismo suas características se enquadram. Assim, de acordo com as diversas motivações, necessidades e preferências dos praticantes, o turismo é classificado como ecológico, agroturístico, climático ou hidrotermal, paisagístico, desportivo étnico-histórico-cultural, temático, cívico institucional, religioso, urbano, de recreação, sócio familiar, de incentivos.

A amplitude da atividade turística relaciona vários tipos de turismo, condensados em dois segmentos: de massa e alternativo. O turismo de massa transfere poucas qualidades de compensação para a região receptiva, população ou base de recursos naturais. Enquanto que o turismo alternativo ramifica-se em formas que demonstram coerência com os valores natural, social e comunitário, o que permite a hospedeiros e hóspedes o desfrute de uma interação positiva e conveniente assim como compartilhamento de experiências (REJOWSKI, 2002).

Essa constatação foi decorrente do crescente debate sobre o desenvolvimento sustentável a partir dos anos de 1980, buscando-se uma alternativa social e ecológica para o turismo de massa, no sentido de garantir que as políticas públicas não se concentrem somente nas necessidades econômicas, mas enfatizem da mesma forma o interesse por um ambiente não degradado e que proporcionem também a satisfação da comunidade receptora (FENNELL, 2002).

2.2 Concepção de ecoturismo

O Brasil é um país bastante adequado ao Ecoturismo, em virtude do seu potencial em parques ambientais e da tradição de áreas protegidas que resguardam um patrimônio natural ainda bastante preservado. Seu estudo porém, enfrenta sérias dificuldades que começam pelo próprio nível de organização da atividade, ainda bastante incipiente e precário, e a ausência de uma boa base de informações para que à sua gestão se alie adequadamente a gestão dos recursos naturais.

O ecoturismo surge com o uma alternativa ao turismo de massa, incorporando em sua concepção os princípios do turismo alternativo, buscando assim, no ambiente natural sua adequação ao princípios de inserção social e de mínimos impactos.

Em meados dos anos de 1970, antes da dedicação ambientalista do ecoturismo, haviam surgido várias denominações, que tentavam afirmar conceitos de diversos fatores ligados a ele. A palavra “ecoturismo” que foi adotado por Héctor Ceballos-Lascuráin, por volta de 1983, é também uma forma de expressar em poucas palavras a ideia de turismo associado à natureza (CEBALLOS, 1983).

Segundo o texto *Ecoturismo: orientações básicas* (2008, p. 16) do Ministério do Turismo, ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.

Como essa atividade envolve turismo e natureza, com o objetivo de desenvolvimento sustentável, ele também é confundido com o turismo sustentável e turismo ecológico. Mesmo que haja essa confusão entre um e outro, sempre que houver uma viagem em que o propósito seja o ecoturismo, a melhor ideia seria seguir os dez mandamentos, que visa integrar turistas, meio ambiente e comunidade, para que haja lazer, desfrutando das modalidades e/ou atividades e a preservação, para que futuramente outros também possam desfrutar dos mesmos atrativos que estão sendo utilizados nos dias atuais.

Para que uma atividade se classifique como ecoturismo, são necessárias quatro condições básicas: respeito às comunidades locais; envolvimento econômico efetivo das comunidades locais; respeito às condições naturais e conservação do meio ambiente e integração educacional e garantia de que o turista incorpore para sua vida o que aprende em sua visita, gerando consciência para a preservação da natureza e dos patrimônios histórico, cultural e étnico. (EMBRATUR, 2007).

Porém o ecoturismo, assim como qualquer atividade turística, também pode causar impactos negativos que podem ser: perdas de valores culturais tradicionais, conflito entre pessoas da comunidade e turistas, maior valorização de terras e imóveis, aumento do custo de vida, descaracterização da paisagem, poluição da água, estradas inadequadas, etc.

Da mesma forma existem os efeitos e impactos potenciais, que de acordo com o que é utilizado, os provocará no meio ambiente.

É com a consciência de que os impactos negativos, prejudicam e muito, é que se deve então, começar a pensar e planejar formas, que minimizem esses impactos, com essa outra visão, começará um novo modelo de ecoturismo, o que é planejado, organizado e praticado, fazendo a diferença necessária que o meio ambiente necessita. “[...] os impactos poder ser minimizados e os benefícios potencializados, desde que suas atividades sejam corretamente planejadas”. (EMBRATUR, 2007).

O Brasil começou a discutir sobre essa atividade, em 1987, criando uma comissão técnica nacional, com técnicos do IBAMA e EMBRATUR, para monitorar o projeto de turismo ecológico, devido ao desenvolvimento da atividade na época, mas não foram o bastante para vencer os obstáculos que até hoje existem, entre a teoria e a prática. Com isso a falta de acordo em cima do conceito do segmento, desregularizando às necessidades básicas para o controle de um ecoturismo positivo e com boas qualidades estruturais (SOUZA E ALVES, 2010).

Um dos principais atrativos do ecoturismo é o ambiente natural e incorporando em seu desenvolvimento as comunidades e os turistas, onde exercem um importante papel, tanto o de usufruir, como o de preservar, pois seus impactos podem ser negativos ou positivo, mas há também uma grande necessidade de aumentar a educação dos turistas e empreendedores no que diz respeito a compreensão da obrigação de preservar ambientes naturais, criando assim, indústrias de ecoturismo e culturalmente, alinhadas com o desenvolvimento sustentável, cumprindo-se a principal meta das Diretrizes da Política Nacional de Ecoturismo. Logo na natureza o bom é: tirar apenas fotos; deixar, apenas pegadas e matar, apenas o tempo.

O ecoturismo é mais do que uma pequena elite de amantes da natureza. É na verdade, um amálgama de interesses que emergem de preocupações de ordem ambiental, econômica e social. O turismo é hoje uma das maiores atividades econômicas do mundo. Uma forma de pagar pela conservação da natureza e de valorizar as áreas que ainda permanecem naturais. Para Kinker (2002), a análise evolutiva do conceito de ecoturismo pode ser pensada como uma linha contínua, sendo que em uma das extremidades encontra-se pouca responsabilidade com o meio ambiente natural e cultural, em que qualquer tipo de turismo traz necessariamente impacto negativo, enquanto na outra se observa o respeito ao meio ambiente, a natureza e a cultura.

O interesse crescente pelo ecoturismo entre as organizações assistenciais e os conservacionistas dão dimensão do enorme potencial econômico entre os operadores comerciais e os governos dos países em desenvolvimento. Os ecoturistas gastam bilhões de dólares todos os anos. Mas a importância do ecoturismo vai muito além desse números. Os ecoturistas gostam de utilizar os recursos e a mão de obra local (LOIOLA, 2003).

Rodrigues (2003) considera o ecoturismo uma atividade econômica de baixo impacto ambiental, que se orienta para áreas de significativo valor natural e cultural, e que através das atividades recreacionais e educativas contribui para a conservação da biodiversidade e da sociodiversidade resultando, por conseguinte, em ganhos para as comunidades receptoras.

De acordo com Swarbrooke (2000), a definição de ecoturismo varia conforme o comportamento do agente econômico. Para o turista, trata-se de uma atividade que é sinônimo de férias modernas, pois confere elevado status aos praticantes, frequentemente identificada com turismo de qualidade. Para a indústria, consiste num produto que oferece margens de alucros atraentes e dispõe de um mercado extenso e em expansão. E, para as comunidades receptoras, é rentável, embora em menor proporção que o turismo de massa.

Nessa perspectiva, reconhece-se que a atividade ecoturística exige a participação efetiva da comunidade local, responsabilidade social, cultural e ecológica, além da interação com o turista, preocupando-se e comprometendo-se com a preservação do meio ambiente, minimizando os impactos negativos e maximizando os positivos, com vista ao desenvolvimento sustentável. Portanto, define-se como uma atividade que busca a geração de emprego e renda, isto é, criação de oportunidades econômicas para o bem-estar das populações locais, aliada à conservação do meio ambiente (VIEIRA, LIMA E VIANA, 2012).

2.3 O Parque Nacional e suas atrações

Os parques nacionais existentes em todos os lugares do planeta, são reservas ecológicas que visam a preservação do ecossistema, da fauna, flora, nascentes de rios e demais recursos naturais. Os ambientes naturais conservados [...] São espaços territoriais com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público, com objetivos de conservação e com limites definidos, sob regime especial de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção, para manter os recursos naturais em seu estado original. (EMBRATUR, 2002).

De acordo com o artigo 1º do decreto de 16 de julho de 2002, fica criado o PNNRP, localizado na divisa dos Estados do Piauí, Maranhão, Bahia e Tocantins, com o objetivo de assegurar a preservação dos recursos naturais e da diversidade biológica, bem como proporcionar a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação, de recreação e turismo ecológico (BRASIL, 2002). No entanto na área ainda não se pode observar nenhuma atividade desta modalidade, o que de fato motivou-se o desenvolvimento desse estudo.

De fato, a implantação do turismo ecológico dentro do parque também seria de grande importância econômica para a toda a região onde o mesmo abrange, pois, o fluxo de pessoas conseqüentemente iria aumentar para desfrutar das belezas naturais do parque.

As atividades turísticas é algo valioso para o parque, pois segundo Coriolano, (2005), o turismo é uma atividade geoeconômica bastante expressiva na contemporaneidade por envolver as pessoas nos espaços naturais e produzidos, relacionando as que podem viajar com as que não podem, ou entre os turistas e os residentes: além dos produtos turísticos, o turismo pode ser uma alavanca para o desenvolvimento local de uma região.

2.4 Rumo a um ecoturismo sustentável

Para o ecoturismo se tornar uma forma de turismo sustentável é necessário que este seja adequadamente gerenciado. O turismo sustentável e o ecoturismo não são a mesma coisa.

Swarbrooke (2000), identificou nove princípios que devem fundamentar o ecoturismo sustentável, dos quais 5 (cinco) merecem destaques:

- A degradação não pode ocorrer e deve haver um desenvolvimento completamente ambiental.
- Deve possibilitar experiências participativas e esclarecedoras em primeira mão;
- O envolvimento da educação deve haver entre todas as partes, do governo, dos turistas (antes, durante e depois da viagem), das indústrias, das organizações não governamentais e das comunidades locais.
- O incentivo aos valores internos dos recursos culturais e naturais, por parte de todos os envolvidos;
- A promoção do comportamento moral e ético, das responsabilidades em relação ao meio ambiente;

2.5 Plano de manejo

De acordo com os dados publicados no site do ICMBIO no ano de 2018, o manejo e gestão adequados de uma Unidade de Conservação devem estar embasados não só no conhecimento dos elementos que conformam o espaço em questão, mas também numa interpretação da interação destes elementos.

Para tanto, é essencial conhecer os ecossistemas, os processos naturais e as interferências antrópicas positivas ou negativas que os influenciam ou os definem, considerando os usos que o homem faz do território, analisando os aspectos pretéritos e os impactos atuais ou futuros de forma a elaborar meios para conciliar o uso dos espaços com os objetivos de criação da Unidade de Conservação.

Desta forma, o manejo de uma Unidade de Conservação implica em elaborar e compreender o conjunto de ações necessárias para a gestão e uso sustentável dos recursos naturais em qualquer atividade no interior e em áreas do entorno dela de modo a conciliar, de maneira adequada e em espaços apropriados, os diferentes tipos de usos com a conservação da biodiversidade.

A Lei Nº 9.985/2000 que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), define o Plano de Manejo como um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos de gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais (BRASIL, 2002).

Segundo art. 27, §1º do SNUC, todas as unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo, que deve abranger a área da Unidade de Conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica social das comunidades vizinhas (BRASIL, 2002).

O Plano de Manejo visa levar a Unidade de Conservação a cumprir com os objetivos estabelecidos na sua criação; definir objetivos específicos de manejo, orientando a gestão da Unidade de Conservação; promover o manejo da Unidade de Conservação, orientado pelo conhecimento disponível e/ou gerado.

Ele estabelece a diferenciação e intensidade de uso mediante zoneamento, visando a proteção de seus recursos naturais e culturais; destaca a representatividade da Unidade de Conservação no SNUC frente aos atributos de valorização dos seus recursos como: biomas, convenções e certificações internacionais; estabelece normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da Unidade de Conservação, zona de amortecimento e dos corredores ecológicos; reconhece a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural das populações tradicionais e seus sistemas de organização e de representação social.

A elaboração de Planos de Manejo, não se resume apenas à produção do documento técnico. O processo de planejamento e o produto Plano de Manejo são ferramentas fundamentais, reconhecidas internacionalmente para a gestão da Unidade de Conservação.

O processo de elaboração de Planos de Manejo é um ciclo contínuo de consulta e tomada de decisão com base no entendimento das questões ambientais, socioeconômicas, históricas e culturais que caracterizam uma Unidade de Conservação e a região onde esta se insere.

O Plano de Manejo é elaborado sob um enfoque multidisciplinar, com características particulares diante de cada objeto específico de estudo. Ele deve refletir um processo lógico de diagnóstico e planejamento. Ao longo do processo devem ser analisadas informações de diferentes naturezas, tais como dados bióticos e abióticos, socioeconômicos, históricos e culturais de interesse sobre a Unidade de Conservação e como estes se relacionam.

A interpretação do diagnóstico se relacionará com a definição de objetivos específicos de manejo, definições de zonas para as diferentes modalidades de usos, normas gerais e programas de manejo. Nesse contexto o Instituto dispõe de uma coordenação responsável pelo processo de elaboração, revisão e monitoramento de Planos de Manejo, cuja equipe vem trabalhando ativamente na organização e reestruturação do processo de planejamento.

Cabe aos técnicos o papel de supervisionar e orientar as equipes de planejamento das Unidades de Conservação, além de, muitas das vezes, coordenar ativamente todo o processo de planejamento.

No Parque das Nascentes do Rio Parnaíba não existe ainda um plano de manejo razão pela qual ainda não foram regularizadas as visitas ecoturísticas ao público. Ademais, para a entrada no Parque é necessário uma autorização expressa do ICMBIO com escritório na cidade de Corrente-Piauí que dista da cidade de Barreiras do Piauí cerca de 75 quilômetros. Assim, as visitas ecoturísticas só serão possíveis a partir do plano de manejo.

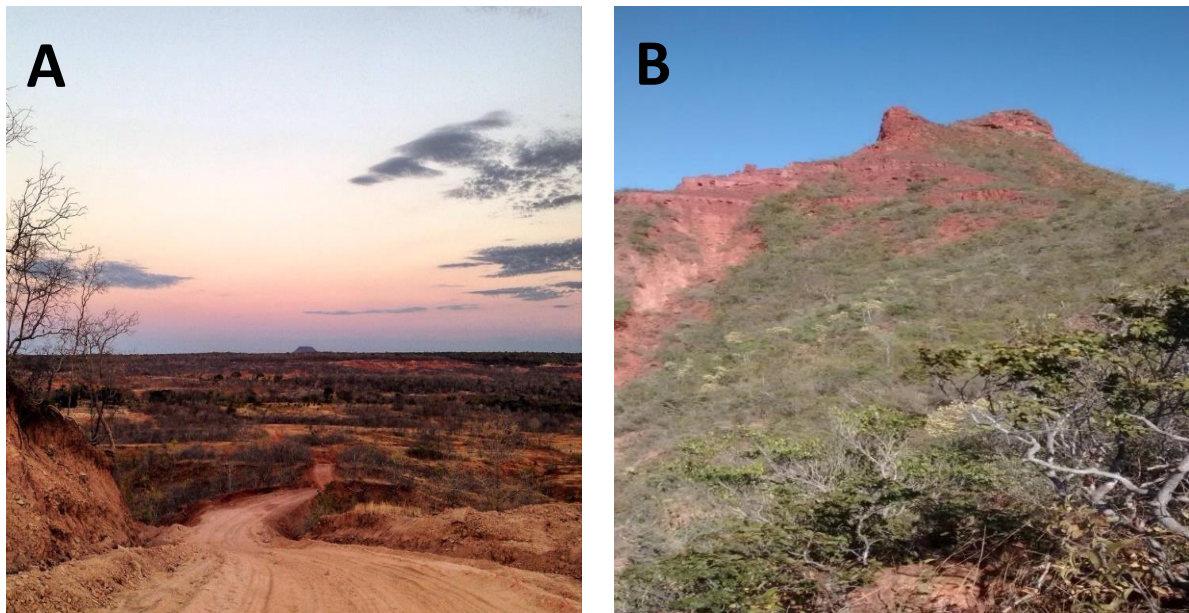


Figura 1. **A** – Ladeira da Prata, principal estrada de acesso ao parque. **B** - Morro do cajado base do ICMBio.

Fonte: MACÊDO JÚNIOR, 2018.

3. METODOLOGIA

3.1 Caracterização da área de estudo

O estudo foi realizado na Unidade de Conservação de proteção Integral, o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba (PNNRP). A unidade foi criada pelo Decreto Federal s/n de 16 de julho de 2002, tendo sua área alterada no ano de 2015 pela Lei Federal nº 13.090. Inicialmente com uma área total de 729.813,55 hectares, seus limites foram alterados compreendendo atualmente a área de cerca de 749.848 ha (setecentos e quarenta e nove mil, oitocentos e quarenta e oito hectares).

Situado nas coordenadas (403269.71 m E/8890000.34 m S), pertencente ao bioma cerrado, o parque encontra-se no divisor das bacias dos rios Parnaíba, Tocantins e São Francisco. Sob gestão do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade e Conservação (ICMBio) enquadrada na esfera administrativa federal (**Figura 2**).

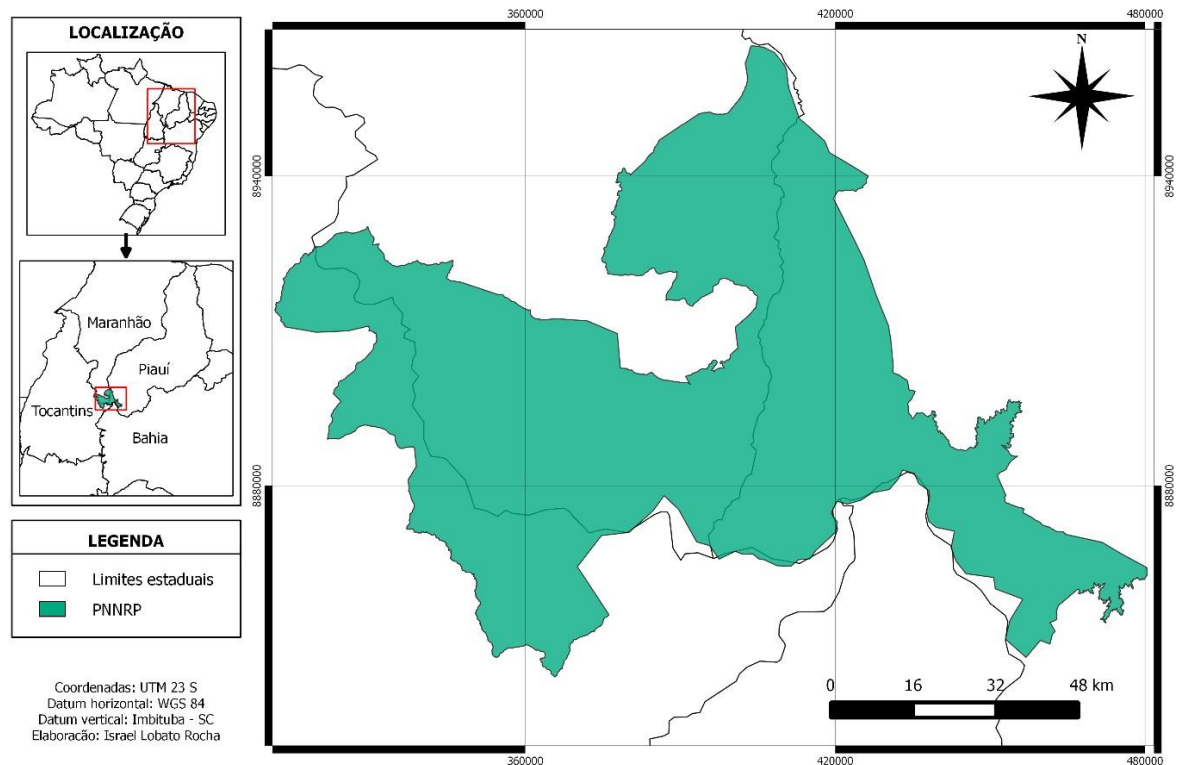


Figura 2 - Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba. Fonte: ROCHA, 2015.

O parque localiza-se em territórios de quatro estados brasileiros do nordeste e norte como: Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia, abrangendo os municípios de: Formosa do Rio Preto, no Estado da Bahia, Alto Parnaíba, no Estado do Maranhão, Gilbués, São Gonçalo do Gurguéia, Barreiras do Piauí e Corrente, no Estado do Piauí, e Mateiros, São Felix e Lizarda, no Estado do Tocantins.

Analisa-se nesse item os dados obtidos na pesquisa de campo realizada junto a representantes de segmentos socioeconômicos e da sociedade civil do Município de Barreiras do Piauí e aos turistas do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba em avaliar o potencial da atividade ecoturística, a valoração econômica ambiental do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba visto que o ecoturismo pode proporcionar uma melhoria econômica e social das comunidades locais.

Na coleta de dados foi utilizado o método de análise quantitativo, visando definir o perfil dos usuários e dos futuros usuários do parque por meio da aplicação de questionários, localizado no quadro 1.

A pesquisa realizada durou 3 meses e foram realizadas nos finais de semana e feriados, ela foi iniciada em 05 de Abril de 2018 e terminou em 08 de Julho de 2018.

As características abordadas através da entrevista em profundidade relacionou as informações sobre a infraestrutura e os benefícios sociais, financeiros, ambientais do Parque das Nascentes do Rio Parnaíba pode proporcionar a comunidade local, principal ponto de acesso.

O número de 50 entrevistados foi escolhido devido a lei do grande número, onde quanto maior o número de pessoas interrogadas, melhor será a precisão dos dados levando em conta que o município de Barreiras do Piauí tem cerca de 3300 habitantes de acordo com o último censo do IBGE.

4-RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que diz respeito ao gênero percebeu-se que há uma predominância do sexo masculino com 80% dos entrevistados, e com relação à faixa etária existe uma paridade entre as pessoas com idade entre 18 a 29 (40%) e 30 a 39 anos (40%) (Quadro 1).

Quadro 1- Gênero e faixa etária dos entrevistados

Variáveis	Porcentagens	
➤ Sexo	Masculino	80%
	Feminino	20%
➤ Faixa etária	18 a 29	40%
	30 a 39	40%
	40 anos ou mais	20%

Fonte: Autor, 2018

Para análise da percepção dos visitantes em relação ao potencial ecoturístico e atrativos do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba (PNNRP) foi utilizado um questionário com questões sobre a utilização dos recursos interpretativos.

Conforme pode ser observado na figura 3, a maioria dos entrevistados disse que o PNNRP possui atrativos turísticos e, somente 5% disseram que não há atrativos turísticos.



Figura 3- Há atrativos turísticos do Parque. Fonte: autor, 2018.

As grandes maiorias dos atrativos turísticos do Brasil estão localizados em unidades de conservação, trazendo um grande desafio para os administradores, pois devem respeitar os objetivos de sua criação e as atividades desenvolvidas (BARRETO, 2003).

Assim, percebe-se que na unidade de conservação, há inúmeros atrativos turísticos como cachoeiras, paisagens naturais, animais silvestres, trilhas, morros, rios e lagoas. A pesquisa realizada mostrou que 95% dos entrevistados disseram que o turismo pode gerar renda para a comunidade local e que apenas 5% disseram que pode não gerar renda alguma (Figura 4).

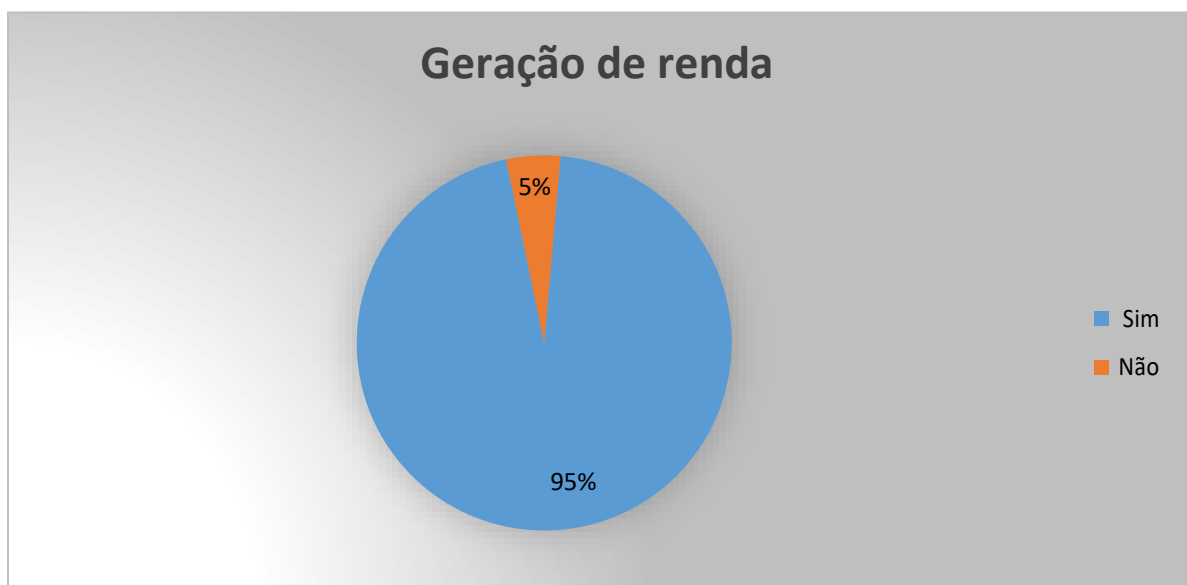


Figura 4-Geração de renda para a comunidade local. Fonte: autor, 2018.

Os principais pontos de atrativos dentro do Parna são: às quedas d'água que foram identificadas, as cachoeiras do Urubu, Sussuapara, Pintado, Murici e Várzea Grande que são originadas de vários rios. Cachoeiras essas que tem um alto índice de visitas, principalmente às cachoeiras do Sussuapara e do Pintado, esta que é formada pelas quedas das águas do Rio Pintado e possui 6 metros de altura.

Existem ainda as veredas, os locais onde às pessoas podem fazer trilhas e que dão acesso aos morros e serras, como, o Morro do Cajado e a Serra da Tabatinga. No morro do Cajado é onde também se encontra a base de comunicação do ICMBio com a sede em Barreiras do Piauí. E a própria nascente do Rio Parnaíba, mas os acessos nessa área são restritos, pois a preservação da nascente é de fundamental importância para conservação da biodiversidade.



Figura 5. **A** – Cachoeira da Sussuapara. **B** – Nascente do Rio Parnaíba.

Fonte: MACÊDO JÚNIOR, 2018.

De acordo com Carvalho (2010), o turismo pode gerar empregos, renda, melhorar a vida, diversificar economias e promover a preservação ambiental. Há alguns atrativos e potenciais turísticos que atraem visitantes e possibilitam passeios ecológicos que unem o turismo de aventura e o ecoturismo.

Assim, maioria dos entrevistados reconhecem a importância da atividade ecoturística, em função de sua capacidade de atrair recursos financeiros e de fortalecer a cultura local.



Figura 6. Cachoeira do Pintado. Fonte: MACÊDO JÚNIOR, 2018.

Essa configuração demonstra o reconhecimento do ecoturismo como uma atividade que possibilita alternativas de geração de emprego e renda, melhora a qualidade de vida das pessoas e induz à preservação ambiental na região. Por outro lado é necessário a melhoria da infraestrutura, como saneamento básico, limpeza urbana, comunicação, sinalização, rodovias, hotéis e restaurantes; organização da oferta turística.

Observa-se na figura 7, que 15% dos entrevistados disseram que a visitação é uma forma do parque se utilizar para beneficiar a comunidade e aos turistas, 33% disseram que é o ecoturismo, 12% as ofertas de serviços e, 40% disseram que é a entrada de dinheiro irá beneficiar a comunidade local.

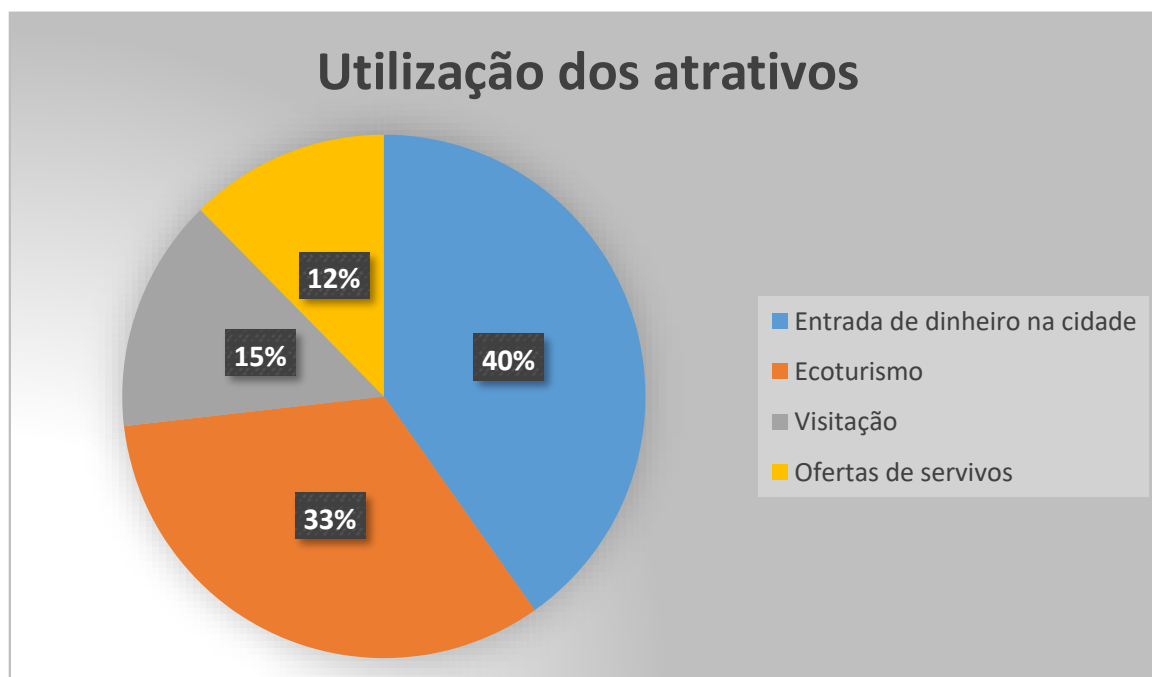


Figura 7-Fontes de utilização comunidade dos atrativos em benefício à e ao turista. Fonte: autor, 2018.

O desenvolvimento do ecoturismo representa uma saída de tendências, evita que haja degradação do meio ambiente, descaracterização da paisagem e das culturas tradicionais. O turismo regional ou local constitui um dinamismo econômico do lugar, representada pela renda, constituindo uma economia mais rentável. No turismo deve levar em conta, o interesse dos turistas e o local onde eles serão recebidos. O primeiro procura regiões com atividades que atendam seu interesse e o tempo livre, o segundo atrai turistas para ocupar o tempo livre através de atrações. Esta relação produz resultados no local de desenvolvimento econômico, com isso fazendo circular mais dinheiro, mais oferta de empregos, mais serviços, elevação no nível social e mais empresas dedicadas ao setor (BARBOSA, 2005).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da utilização de questionários, estimou-se o valor de existência do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba como importante atrativo turístico, pois possui características ambientais positivas consideráveis em comparação a parques da região, o que favorece por ser uma área protegida por lei federal dentro das Unidades de Conservação.

Nessa perspectiva, constatou-se que o ecoturismo consiste em um significativo instrumento para a melhoria de vida de comunidades locais em decorrência das mudanças econômicas, sociais, culturais e ambientais.

Por outro lado, percebe-se que alguns dos entrevistado ressaltou-se que essa atividade econômica pode ser compreendida e praticada tanto como destruidora de recursos naturais, como viabilizadora da preservação do meio ambiente.

Apesar de aparentar ser uma situação de simples entendimento, é interessante notar a existência do significado de se viver próximo a uma região turística. Observar o nível de participação dessa comunidade num processo de viabilização de informações, o qual é o proposto pelo desenvolvimento turístico no Parque, e entender a importância da inserção dos moradores de Barreiras do Piauí na realidade ecoturística do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba deve permear como um dos princípios para que a atividade turística venha a dar certo.

Isso inclui parcerias, acesso ao conhecimento local, investimentos na cultura local fortalecimento do saber fazer, geração de emprego e renda, melhorias de infraestrutura e estruturas na comunidade, tornando agradável a união entre turismo, turistas e comunidade anfitriã. Ademais, é de fundamental importância a criação do plano de manejo do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, pois este que irá regulamentar o controle de acesso ao parque bem como quais serão as áreas de acesso ao público em geral.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA. Turismo como fator de desenvolvimento local e regional. **Caminhos de geografia**. Disponível em <<http://www.ig.ufu.br/caminhos-de-geografia>>. Acesso em: 16 de julho de 2018.
- BARRETTO, Margarita, **Manual de iniciação ao estudo do Turismo**, 13ª ed. Ver. E atual, Capinas: SP-Papirus, 2003
- BRASIL MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/>>. Acesso em 10 de julho de 2017.
- BRASIL. Decreto, de 16 de julho de 2002. Fica criado o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba. Diário Oficial, Brasília, DF, 16 jul. 2002. 181º da Independência e 114º da República.
- BRASIL. Lei Federal Nº 9.985 de 18/07/2000 regulamenta o artigo 225 da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de unidade de conservação e da outras providencias. Disponível em: <<http://uc.socioambiental.org>>. Acesso em: 16 de julho de 2018.
- BENI, Mario Carlos. 2006. **Análise estrutural do turismo**. 11. ed. São Paulo: SENA
- CARVALHO, A percepção do turismo por parte da comunidade local e dos turistas do município de Cajueiro da prata-PI. **Turismo em análise**. Disponível em <<http://www.turismoemanalise.com.br>>. Acesso em: 14 de junho de 2018
- CORIOLOANO, Menezes Teixeira; NEIDE, Luzia. **A exclusão e a inclusão social e o turismo. PASOS. Revista de Turismo y Patrimônio Cultural**, v. 3, n. 2, 2005.
- EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo. **Estudo sobre turismo praticado em ambientes naturais conservados**, São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/demanda_turistica/parques_naturais/downloads_parques_naturais/relatorioparques_29_06_06.pdf>. Acesso em: 25 de julho de 2018.

FARIA, Ivani Ferreira de. 2001. **Turismo sustentabilidade e novas territorialidades**. Manaus, AM: Editora da Universidade do Amazonas.

FENNEL, David. A. 2002. **Ecoturismo: uma introdução**. São Paulo: Contexto.

ICMBIO, planos de manejo, acesso em 14 de julho de 2018. Disponível em:

<<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/planos-de-manejo>>. Acesso em: 16 de julho de 2017.

IGNARRA, Luiz Renato. 2001. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

KINKER, Sônia. 2002. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas, SP: Papirus.

MINISTÉRIO DO TURISMO (M.TUR). **ECOTURISMO**: Orientações básicas, 2. ed.

Brasília: M.TUR, 2010. Disponível em
<http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads/publicacoes/Ecoturismo_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 25 de julho de 2017.

OLIVEIRA, Antônio Pereira de. 2000. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização**. São Paulo: Atlas.

REJOWSKI, Mirian (org.). 2002. **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph.

REZENDE, Qualidade ambiental em parques urbanos, levantamento de pontos positivos e negativos. Disponível em: <<http://www.observatorium.ig.com.br>>. Acesso em: 16 de julho de 2018.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. (org.). 2003. **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto.

SWARBROOKE, John. 2000. **Turismo sustentável: turismo cultural, ecoturismo e ética**. v.5. São Paulo: Aleph.

LISTAS DE SIGLAS

EMBRATUR- Instituto Brasileiro de Turismo

IBAMA-Instituto Brasileiro do meio Ambiente e dos Recursos Nacionais Renováveis

ICMBio- Instituto Chico Mendes de Biodiversidade

MMA-Ministério do Meio Ambiente

PNNRP-Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba

PNs-Parque Nacionais

SNUC-Sistema Nacional de Unidade de Conservação

UC-Unidade de Conservação

ANEXOS: Fotos dos atrativos turísticos

1. Chapada das Mangabeiras



Fonte: Joanes Barreira de Macêdo Júnior